COZINHA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO POPULAR: UMA ANÁLISE MATERIALISTA HISTÓRICO-DIALÉTICA DA LUTA CONTRA A FOME E A ORGANIZAÇÃO POPULAR NO BAIRRO SUMARÉ/SOBRAL

Jemerson Vinicius Costa Oliveira[1]; Gabriela dos Santos Sousa[2]; Rayck Christielson Sousa Mendes[3]; Maria Janiely Souza Mendes[4]; Alcione Nawroski[5]

[1]Universidade Estadual Vale do Acaraú, jemersonviniciuscosta@gmail.com

[2]Universidade Estadual Vale do Acaraú, gabrielassantos@gmail.com

[3]Universidade Estadual Vale do Acaraú, rayckmendes25@gmail.com

[4]Universidade Estadual Vale do Acaraú, mariiajaniely@gmail.com

[5]Universidade Estadual Vale do Acaraú, alcione_nawroski@uvanet.br

Resumo

O presente estudo analisa a atuação da Cozinha Solidária Reinaldo de Oliveira, situada no bairro Sumaré, em Sobral/CE, sob a ótica da educação popular e da organização coletiva. Investigam-se as contradições da fome como um mecanismo estruturante de dominação política, humana e social na realidade brasileira, relacionando o fenômeno à histórica concentração latifundiária e à racionalidade do capital no campo, conforme discute Diniz (2010). A fundamentação teórica articula o pensamento de autores como Paulo Freire (1987), Castro (2006) e Diniz (2010) para compreender a fome e a insegurança alimentar como processo de construção baseado nas desigualdades de raça, classe e gênero. A metodologia fundamenta-se no materialismo histórico-dialético e na categoria da práxis, utilizando uma abordagem qualitativa composta por análise bibliográfica e pesquisa de campo de caráter exploratório. A coleta de dados realizou-se por meio da observação participante no território, buscando apreender as dinâmicas de conscientização desenvolvidas no cotidiano da comunidade. Os resultados indicam que a organização popular e a prática da solidariedade ativa no Sumaré precederam tanto a institucionalização da Sociedade Pró-Infância (SOPRI) quanto o Programa Ceará Sem Fome (Lei nº 18.312/2023), demonstrando que a política estatal reconhece e incorpora as tecnologias sociais dos movimentos sociais. Conclui-se que a experiência da cozinha, articulada à Sociedade Pró-Infância (SOPRI), transcende o caráter assistencialista ao promover uma pedagogia territorial de emancipação e pertencimento. Através de ações como o projeto "Segunda Kids", o espaço promove o desvelamento das causas da vulnerabilidade social, constituindo os moradores como sujeitos ativos e conscientes, capazes de transformar a resistência em estratégia de transformação da sua realidade concreta.

Palavras-Chave: Cozinhas Solidárias; Educação Popular; Materialismo Histórico-Dialético; Bairro Sumaré; Soberania Alimentar.

Introdução

As trincheiras da sobrevivência humana são marcadas por desigualdades sociais estruturantes, que impõem determinantes sociais severos na vida das pessoas marginalizadas por um sistema opressor, sejam elas nas questões econômicas, sociais ou culturais. Tais aspectos fundamentam um sistema de segregação e perpetuação de valores impostos pela exploração. Nos pontos que atravessam a vida humana, a fome é central, sendo constante e, ao mesmo tempo, inconstante dependendo do contexto histórico, mas nunca inexistente.

Nesta perspectiva, um caráter fundamental para compreender a fome como eixo central da estrutura social exige a assimilação de um conjunto de fatores, estes que são históricos pilares da construção desigual da sociedade civil. Conforme discutido na coletânea organizada por Campello e Bortoletto (2022), há uma instabilidade acerca do combate à fome no Brasil, que atravessa principalmente as vidas das classes populares; nessa perspectiva, emerge uma luta dos movimentos sociais para o combate à fome, sendo assim, as cozinhas solidárias surgem com o objetivo de articular a alimentação com o processo de educação popular na formação de sujeitos críticos.

Na perspectiva das classes populares, ocorre uma disputa na educação que, de um lado, atende ao sistema capitalista do mercado de trabalho; de outro, visa promover a emancipação social. Contudo, a educação popular nasce a partir das organizações coletivas das comunidades, construídas dentro dos territórios para a emancipação social, humana, entre outras. Autores como Barreiro (1980), Freire (2013) e Brandão (2016) abordam a educação popular como uma educação de resistência e luta, voltada para os povos marginalizados na perspectiva do materialismo histórico-dialético e da práxis emancipadora como resposta à educação eurocêntrica que atende ao modelo mercadológico da educação capitalista com viés neoliberalista, que menospreza, aliena e segrega as organizações populares.

Nos pilares da civilização, a urbanização se torna uma base de discussão das desigualdades sociais da contemporaneidade, tratada principalmente nas periferias onde se concentram majoritariamente as classes populares, sendo estas as que mais sofrem repressão perante os conflitos territoriais e de Estado. Martins (2017), Melo e Paiva (2021) tratam do debate, sobretudo como estas repressões territoriais de conflito, moldam o cotidiano e a política que se materializa na estigmatização do território.

Este estudo justifica-se pela busca da compreensão sobre como a cozinha solidária no bairro Sumaré, em Sobral, que se configura como um espaço de educação popular. Nesse contexto, a cozinha deixa de assumir um caráter assistencialista e torna-se um centro de solidariedade, orientada à construção de uma educação contra-hegemônica que aborda a conscientização. Deste modo, promove-se um debate que evidencie as pessoas como sujeitos de suas próprias ações, problematizando as opressões da realidade local.

Partindo deste contexto, emergem questões centrais que norteiam este trabalho, a saber: 1. De que maneira a fome se constitui como um mecanismo estruturante de dominação e quais são as contradições sociais que ela aprofunda na realidade brasileira? 2. Como a práxis da educação popular ressignifica o fenômeno da fome dentro do território, transformando o ato de alimentar-se em um processo de emancipação política? 3. Quais as potencialidades e os desafios da Cozinha Solidária do bairro Sumaré (Sobral) como estratégia de organização popular e contra-hegemônica no enfrentamento à fome?

Para responder tais questões, a metodologia adotada fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, pautando-se na categoria da práxis educativa para analisar a relação entre teoria, reflexão e ação social. O trabalho consiste em uma pesquisa de abordagem qualitativa, composta por análise bibliográfica e pesquisa de campo de caráter exploratório no território do bairro Sumaré/Sobral. A coleta de dados dar-se-á por meio da observação participante, buscando apreender as dinâmicas de organização da Cozinha Solidária e os processos de conscientização nela desenvolvidos.

O trabalho tem como objetivo analisar os fatores relacionados aos conflitos territoriais e a erradicação da fome, compreendendo-a não apenas como a falta de comida, mas como expressão das questões sociais discutidas pelos autores, bem como examinar de que maneira um projeto de educação voltado à conscientização se articula com processos de emancipação social e combate a um sistema de opressão.

Desenvolvimento

No decorrer dos séculos, a compreensão sobre a fome foi individualizada e limitada a uma percepção meritocrática, em que apenas a falta de esforço individual fosse o resultado da insegurança alimentar. Desta forma, reduzindo as questões centrais da construção histórica do Brasil, sejam elas: concentração latifundiária, desigualdades de raça e gênero, elementares para a consolidação de uma sociedade desproporcional.

Nesse sentido, a fome não pode ser compreendida apenas como ausência de alimentos, mas como um fenômeno complexo que envolve dimensões sociais e estruturais, como aponta Anna Maria de Castro no livro "Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro":

> A fome englobou dois significados bem distintos: um de natureza fisiológica e outro de natureza social, responsável pela tensão no mundo — tensão que reina entre os povos pobres e famintos que vivem em sociedades de economias dependentes e os povos ricos e alimentados que habitam os países industrializados. É a tensão entre aqueles que não comem e aqueles que não dormem com medo dos que têm fome. (CASTRO. 2022, p. 23).

Deste modo, é possível compreender que a fome não é apenas uma questão biológica, mas está envolta em conteúdos sociais profundos da realidade brasileira, materializados pelas desigualdades sociais. A autora evidencia que a fome está relacionada à forma como a sociedade organiza a distribuição e organização de seus recursos para a sociedade, ao abordar a tensão existente entre quem não tem o que comer e os que vivem com medo daqueles que não têm.

Portanto, é importante destacar que a fome não é um conceito isolado da realidade social, mas construído dentro do cotidiano, onde as desigualdades são historicamente sustentadas para a perpetuação da discrepância social. Desta forma, para Marx e Engels (2007), a fome não é um evento inevitável, mas um produto das condições sociais que causaram e continuam a causar a distribuição desigual da produção das riquezas. A fome é uma expressão tanto do resultado das contradições dentro da sociedade, visto que existe um processo para criar ou manter a riqueza, quanto da continuidade da vida de indivíduos em condições de pobreza e isolamento social.

Desta maneira, a concentração latifundiária tem um grande impacto humano, social, econômico, político e cultural. Conforme analisa Diniz (2010), o modelo agrícola brasileiro, centrado no latifúndio e na monocultura para exportação, é intrinsecamente excludente e responsável por manter o Brasil como um dos países com maiores índices de desigualdade social do mundo. A priorização do capital convertido em lucro, em detrimento da produção de alimentos, compromete o acesso de milhares de pessoas à terra como fonte de dignidade, produção, sustento e conexão social.

Dentro desses aspectos apresentados, deve-se destacar que a fome se materializa de forma parcial e oculta. Castro (2006) aborda o tema, destacando que um regime alimentar permanente, embora possa preencher o estômago, carece das substâncias vitais para o organismo, configurando a chamada fome oculta. Nesse cenário, a deficiência crônica de nutrientes essenciais impede que o indivíduo atinja o seu pleno desenvolvimento físico e

mental, demonstrando que a fome não se revela apenas na ausência total de comida, mas na impossibilidade de garantir o bem-estar e a manutenção da vida em sua capacidade máxima.

Portanto, a partir dos pontos destacados, pode-se observar que existem dois tipos de fome: parcial e oculta. Castro (2006) define a primeira como uma restrição alimentar contínua, na qual a pessoa pode estar com o estômago cheio, mas não recebe os nutrientes essenciais necessários ao seu organismo. Nesse sentido, a segunda resulta das deficiências nutricionais crônicas da primeira, que limitam o crescimento físico e mental das pessoas, o que significa que quem sofre de fome não a experimenta apenas como uma ausência total de alimentos; mas, também a experimenta por meio da incapacidade de atingir uma saúde ideal e essencial para manter sua vida em seu nível cognitivo máximo de funcionamento.

Neste sentido, a fome se apresenta na multilateralidade em seus aspectos sociais e humanos, se concretizando de formas diferentes em seus variados contextos. Ao explorar estes aspectos no cenário urbano das periferias, há um terreno de aprofundamento das desigualdades construídas nos pilares da desigualdade social.

Nesta linha de raciocínio, é importante compreender o debate territorial, com ênfase nas periferias, abordando a discussão como um ponto central para as comunidades. Em primeira análise, deve-se estabelecer um processo histórico de como as periferias estão tomadas por um processo de “pré-conceitos”, estabelecendo assim uma distância real das classes populares que vivem dentro das periferias, gerando uma percepção generalizada das populações.

Paralelamente, essas percepções reverberam em uma dualidade do ponto de vista que este trabalho pretende explorar, para analisar ambas as visões. Hoje, os territórios periféricos enfrentam pressões vindas a partir das questões enfrentadas dentro do seu cotidiano, sendo elas decorrentes de problemas estruturais que se somam aos embates vindos da polícia militar (PM). Entretanto, ambas apresentam um projeto político de sociedade, que está em disputa, gerando conflitos permanentes que atingem diretamente a população local.

Portanto, é fundamental analisar as adversidades em torno das periferias. Sobre isso, Martins (2017) contribui para o entendimento das repressões policiais:

> A PM é vista com mais desconfiança pelo método mais padronizado de trabalho, pela maior impessoalidade e uso ostensivo da força em operações "pesadas". Os PMs usam farda e corte de cabelo militar, exibem armas pesadas, andam em bandos e se deslocam em carros oficiais. São descritos ora como arrogantes, quando fazem demonstração de força e desrespeitam os habitantes, ora como ineptos, por não serem capazes de reconhecer e tomar medidas enérgicas contra os marginais. Para a polícia, os moradores das regiões pobres são estigmatizados como caranguejos que vivem na lama e que,

> estando desprovidos de humanidade, não possuem direitos. (MARTINS, 2017, p. 105).

Neste contexto, Martins (2017) sustenta a ideia de que a polícia militar é percebida como arma do Estado, no qual como instituições destinadas a oferecer proteção social para todos sem distinção social, econômica, política dentre outras, fere o próprio conceito de cidadania. Com uma perspectiva da realidade na qual moradores das periferias são confrontados com a violência, onde fundamenta-se a ideia de que tais sujeitos são desqualificados da esfera de proteção do Estado, acabam sendo submetidos à violência estatal. Assim, num contexto de segregação social, pode-se questionar: - para quem se destina a segurança pública? partindo das ideias construídas historicamente dentro das desigualdades sociais existentes.

Dessa perspectiva, Martins (2017) também utiliza o termo "marginal" como uma indicação de como a seletividade tem sido apresentada pelas instituições policiais. A polícia costuma estabelecer a periferia como uma região perigosa, o que tem modificado a maneira como a segurança pública atua em relação às pessoas que vivem nessas comunidades, generalizando e utilizando como "alvo" todos os cidadãos, sem sequer abordar o crime "real" que Martins caracteriza como marginalidade por meio do uso ineficaz de ações policiais violentas e confrontacionais para combater o crime.

Em contrapartida, é importante também destacar os conflitos territoriais, onde estão presentes dentro das periferias, manifestando-se na disputa territorial e na disputa de um projeto de sociedade, encontrando espaço nas áreas marginalizadas pela sociedade, sobretudo nas camadas sociais mais pobres. Conforme Melo e Paiva (2021), o domínio das facções nas comunidades impõe um rígido controle social e territorial, onde a suspeita de deslealdade ou de desobediência às ordens do grupo resultam em punições que variam da expulsão de moradores de suas casas até a própria morte.

Embora, apresentado estas questões na qual fazem parte do cotidiano das comunidades, as periferias não se resumem somente aos pré-conceitos e preconceitos generalizados. Elas apresentam uma diversidade de valores de resistência e luta do território contra as opressões do sistema capitalista, onde o lucro se sobrepõe à vida, retratando a desigualdade entre gênero, raça e classe como alicerce da sociedade contemporânea brasileira.

Ao explorar sobre os problemas que se apresentam nas contradições da realidade construída sobre o acúmulo de poder em seu leito histórico, tendo como resultado a exploração dos indivíduos que estão à margem da sociedade, desta forma estando à mercê de um projeto político da sociedade que detém um poder social hierárquico superior às classes populares, apresentando a fome em seu sistema repressor. Em contrapartida, as populações das periferias

junto aos movimentos sociais vêm apontando um projeto político, cultural e social, da construção do pertencimento territorial e do combate ao sistema vigente.

No que diz respeito ao surgimento das cozinhas solidárias enquanto estratégia de resistência e luta, WikiFavelas (2025) destaca que:

> As Cozinhas Solidárias nasceram das mãos de organizações e coletivos locais que já existiam e se intensificaram com a ausência de políticas públicas. Elas são mais do que lugares que fornecem refeições; são espaços de acolhimento, de partilha de informações e de fortalecimento de laços comunitários, desempenhando um papel fundamental na organização popular e na luta pela soberania alimentar." (WIKIFAVELAS, 2025, s/p).

As cozinhas solidárias estabelecem uma frente organizada de oposição ao projeto de fome no Brasil, atuando como pólos de resistência junto à classe trabalhadora que vive a constante oscilação econômica por conta do sistema capitalista. Dentro das comunidades emergem as cozinhas, pela compreensão dos coletivos comunitários sobre a instabilidade sobre a fome. Em meio a essa precarização da vida, os trabalhadores marcados pela instabilidade cada vez maior dos vínculos tanto formais quanto informais de exploração reconhecem, nestas ações, uma resposta coletiva que vai além da urgência de manter-se alimentado.

Na mesma perspectiva de uma contraproposta aos projetos de sociedade apresentados anteriormente, o Levante Popular da Juventude (2025), apresenta uma síntese sobre a expansão das cozinhas solidárias com política construída junto aos territórios.

> Foi durante a pandemia da Covid-19 que tomaram uma proporção generalizada de Norte a Sul do país, expandindo-se pelas comunidades através do trabalho coletivo e voluntário em parceria com movimentos sociais como MST, Levante Popular da Juventude, MTST, MPA, MAB e tantos outros que estiveram na linha de frente da solidariedade por todo país. Somente o movimento sem-terra doou cerca de 8 mil toneladas neste período, alimentos saudáveis produzidos em assentamentos e cooperativas da Reforma Agrária que foram distribuídos para lideranças comunitárias, famílias e associações de moradores, processo este que fomentou a fundação de centenas de Cozinhas Solidárias. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2025).

Nesta compreensão do Levante Popular da Juventude (2025), é importante ressaltar uma simbologia central: o da solidariedade da agricultura familiar vinda do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) até os movimentos urbanos das comunidades, no ponto de vista do campo da cidade. Se apresenta uma proposta em conjunto dos movimentos sociais com as comunidades com o objetivo de alimentar a população em vulnerabilidade social, dando uma resposta a desigualdade social estruturante, para dentro dos territórios que vivem os conflitos existentes e complexificados com a exploração e repressão da classe trabalhadora.

A Lei nº 18.312/2023 estabelece o programa Ceará Sem Fome, que reconhece as cozinhas comunitárias como parte integrante da rede de segurança alimentar. Por meio deste dispositivo, o Governo do Estado do Ceará oferece auxílio financeiro e apoio material às unidades, legitimando uma tecnologia social desenvolvida originalmente por movimentos populares. Essa parceria entre o setor público e a sociedade civil estrutura uma resposta direta à insegurança alimentar no estado, transformando a solidariedade ativa em política pública institucionalizada.

É no contexto desse processo nacional de solidariedade ativa que se situa a experiência da Cozinha Solidária no bairro Sumaré, em Sobral. Neste território específico, as contradições entre a repressão do Estado e a organização popular ganham contornos, para exploração da práxis da organização e educação popular, onde os movimentos sociais junto ao coletivo local constroem uma cozinha solidária que ultrapassa as barreiras existentes.

Nesse sentido, o bairro Sumaré se torna essencial na construção desta análise pois está imerso nas contradições apresentadas, uma vez que se encontra no berço da urbanização, apresentando um histórico de luta e resistência ao enfrentamento à estigmatização do território. No Sumaré, a segregação se expressa para além do espaço socioespacial, indo dos elementos que marcam os conflitos territoriais aos estereótipos e preconceitos.

A Cozinha Solidária Reinaldo de Oliveira que é construída junto ao Levante Popular da Juventude e Movimento Brasil Popular (MBP), onde fornece cerca de 100 refeições por dia de segunda a sexta, se estabelecendo na construção de um centro de solidariedade, combatendo a fome que atravessa a vida das famílias em vulnerabilidade social do bairro. Essa atuação é viabilizada pelo “Programa Ceará Sem Fome", uma política pública estadual (Lei nº 18.312/2023) que visa estruturar uma rede de segurança alimentar através de parcerias com unidades gerenciadoras e cozinhas comunitárias.

É necessário destacar que a constituição dessa rede por meio da Lei nº 18.312/2023 não antecede a ação popular, mas a reconhece e a incorpora. A política de solidariedade ativa, historicamente, nasceu da articulação entre os movimentos sociais como o Levante Popular da Juventude e o MST que, diante da urgência da fome, criaram cozinhas como trincheiras de existência. Assim, o Estado não atua preventivamente, mas interveniente a posteriori, transformando uma prática de resistência em uma política pública institucionalizada.

Desta forma, a cozinha organiza o combate à fome e torna-se um ponto de apoio para as famílias que utilizam o programa, o qual possui, em um primeiro momento, caráter

assistencialista, ou seja, uma ação focada no alívio imediato da carência material que, se isolada, não questiona as causas estruturais da pobreza.

Neste contexto de educação e organização popular, a compreensão dentro da atuação na SOPRI ultrapassa limites, não se restringindo a uma política emergencial, mas assimila a educação popular como um de seus objetivos permanentes. Para Paulo Freire (1987), a verdadeira libertação não se consolida por meio de doações e caridades ou uma postura paternalista que trata o sujeito como um receptáculo passivo, mas através do diálogo e da conscientização. Segundo o autor, "a educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo preencha com conteúdos" (FREIRE, 1987, p. 38).

Nesse sentido, a organização popular na Sociedade Pró-Infância - SOPRI materializa o que Barreiro (1980) define como o processo de desvelamento, uma ação educativa que retira o 'véu' que esconde as causas das desigualdades e possibilita ao grupo enxergar a fome como uma construção social a ser superada. Sob este aspecto abordamos uma educação de contrapartida a formação historicamente construída no Brasil, onde os educandos são sujeitos, não apenas receptores.

Dentro da construção da cozinha que funciona na Sociedade Pró-Infância - SOPRI, articula-se para envolver as famílias em ações e projetos culturais, pedagógicos, formativos, juvenis dentre outros, em um pensamento coletivo de emancipação social. Abordando um espaço de reconhecimento do território e da construção ontológica do ser social, trazendo um processo de interesse mútuo.

Nas trincheiras da existência que o Sumaré enfrenta ao abordar sobre a educação informal, como sinônimo da organização, compreendendo questões coletivas como eixo central. Dentro das ações culturais como o "Segunda Kids", onde reúne cerca de 30 crianças das famílias que frequentam a SOPRI e se estendendo ao território, a iniciativa coloca o fortalecimento do brincar coletivo, estabelecendo um espaço de convivência que busca desconectar os participantes das redes virtuais para reconectá-los com o território e a cultura local.

Essa vivência pedagógica no interior dos movimentos sociais traduz a compreensão de Brandão (2016), para quem a educação é uma prática diversificada de reprodução da vida e da cultura, que se manifesta em qualquer lugar onde o povo se organiza para transformar sua realidade. Para o autor, educar é um exercício de liberdade que acontece na convivência, tornando cada espaço de resistência um território legítimo de formação humana e política.

Com isso, a cozinha solidária Reinaldo de Oliveira, ultrapassa o fornecimento da alimentação, constitui-se como um espaço de pertencimento e aquilombamento para a comunidade com a experiência compartilhada, possuindo uma leitura única para a construção de uma nova pedagogia. Nesse sentido, prevalece a máxima de Carolina Maria de Jesus (2014, p. 27): 'O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora'."

Conclusões

A fome constitui um mecanismo de dominação política, social e humana. O fenômeno reflete a concentração latifundiária brasileira. A estrutura fundiária mantém terras sem pessoas e pessoas sem terra. A desigualdade agrária limita o acesso ao alimento saudável. O lucro se sobrepõe à vida no sistema capitalista. A insegurança alimentar funciona como estratégia de reprodução da exploração.

Desta maneira, a Cozinha Solidária Reinaldo de Oliveira, se apresenta como um Centro Popular de Solidariedade (CPS), construindo uma nova forma de pertencimento local. Assim apresentando uma educação e organização popular no bairro, onde os movimentos sociais constroem uma política pública antes mesmo de ser um política garantida pelo estado do Ceará, precedendo a política estadual que posteriormente entra como o suporte material necessário e ampliação do projeto. Os movimentos sociais elaboram e constroem de forma coletiva o cotidiano da solidariedade.

A educação popular fundamenta a organização na SOPRI. A prática cotidiana constrói uma pedagogia territorial para a emancipação social. As ações desvelam as causas estruturais da vulnerabilidade social. O espaço supera a lógica do assistencialismo. Os moradores tornam-se sujeitos ativos da própria realidade concreta. A organização coletiva no Sumaré/Sobral transforma a resistência em projeto de transformação social.

Referências Bibliográficas

BARREIRO, Julio. *Educação popular e conscientização*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 2016.

CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (org.). *Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro*. São Paulo: Elefante, 2022.

CASTRO, Anna Maria de. *Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro*. Rio de Janeiro: FGV, 2022.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CEARÁ (Estado). Lei nº 18.312, de 17 de fevereiro de 2023. Institui o Programa Ceará Sem Fome [...]. *Diário Oficial do Estado do Ceará*, Fortaleza, 17 fev. 2023. Disponível em: https://www.pge.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/47/2023/02/LEI-No18.311-de-17-de-fevereiro-de-2023-DOE-DE-17-DE-FEVEREIRO-DE-2023.pdf. Acesso em: 11 mar. 2026.

DINIZ, Aldiva Sales. Reforma agrária brasileira: uma breve discussão. *Revista Homem, Espaço e Tempo*, Sobral, v. 4, n. 2, p. 25–39, out. 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. Cozinhas solidárias: exemplo de resistência frente ao fracasso do neoliberalismo. *Levante Popular da Juventude*, 2025. Disponível em: https://levante.org.br/2025/02/18/cozinhas-solidarias-exemplo-de-resistencia-frente-ao-fracasso-do-neoliberalismo/. Acesso em: 25 fev. 2026.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845–1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARTINS, José Gilbert Arruda. Violência policial no Brasil: reflexões teóricas sobre a força policial como instrumento de repressão burguesa. *Hegemonia: Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro*, Brasília, n. 22, p. 98–126, 2017.

MELO, Juliana; PAIVA, Luiz Fábio S. Violências em territórios faccionados do Nordeste do Brasil: notas sobre as situações do Rio Grande do Norte e do Ceará. *Revista USP*, São Paulo, n. 129, p. 47–62, abr./jun. 2021.

WIKIFAVELAS. Cozinhas solidárias. In: DICIONÁRIO DE FAVELAS MARIELLE FRANCO. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2025. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Cozinhas_Solid%C3%A1rias. Acesso em: 11 mar. 2026.